

**LUCROS, GREVES E SALÁRIOS:
a grande burguesia industrial pela aprovação
da reforma trabalhista no Brasil¹**

***PROFITS, STRIKES AND WAGES:
the entrepreneurs in large industry for the approval
of the labor reform in Brazil***

Pedro Micussi*

Thiago Aguiar**

Resumo

O artigo analisa a ação dos empresários da grande indústria brasileira pela aprovação da reforma trabalhista em 2017. Tal ação pode ser entendida como uma resposta unificada de diferentes frações da burguesia industrial à intensificação da atividade grevista, à compressão dos lucros das empresas brasileiras não financeiras e ao aumento dos custos do trabalho na indústria de transformação, nas primeiras décadas do século XXI, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Argumenta-se, também, que essa insatisfação da burguesia industrial levou a seu afastamento dos governos petistas, ao apoio ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a uma ação unificada de diferentes frações da burguesia em favor da reforma trabalhista no início do governo de Michel Temer.

Palavras-chave: Burguesia. Indústria. Reforma Trabalhista. Transnacionalização.

Abstract

The article analyses the action of entrepreneurs in large Brazilian industry in support of the labor reform approved in 2017. Such action can be understood as a unified response by different fractions of the industrial bourgeoisie to the intensification of the strike activity, to the profit compression of non-financial Brazil-based companies and to the increase in labor costs in the manufacturing industry, in the first decades of the 21st century, during the Workers' Party (PT) governments (2003-2016). It also argued that this dissatisfaction of the industrial bourgeoisie led to its distancing from PT governments, to support Dilma Rousseff's impeachment in 2016 and to a unified action of different fractions of the bourgeoisie in favor of the labor reform at the beginning of Michel Temer's administration.

Keywords: Bourgeoisie. Industry. Labor Reform. Transnationalization.

Introdução: as frações da burguesia industrial brasileira como unidades analíticas

Este artigo analisa a atuação da burguesia industrial brasileira, em particular de sua fração atrelada à classe capitalista transnacional (CCT), pela aprovação da reforma trabalhista de 2017 no Brasil. A reforma, aprovada no início do governo de Michel Temer, após o impeachment de

¹ Os autores agradecem aos comentários recebidos sobre versões prévias deste artigo debatidas no GT 17 – *Trabajo y Reestructuración Productiva* do XXXIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) (México, 2022) e no ST 46 – Estado e burguesia no Brasil: política econômica, social e externa do 46º Encontro Anual da ANPOCS (Campinas-SP, 2022), além do apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo n. 2019/26020-4) pelos recursos de bolsa de pós-doutorado que tornaram possível a realização da investigação.

*Mestre em Sociologia (USP). E-mail: pedromicussi@gmail.com

**Doutor em Sociologia (USP), pesquisador de pós-doutorado no IFCH-Unicamp (bolsista Fapesp) e pesquisador associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP). E-mail: th.aguiar@gmail.com

Dilma Rousseff (2016), ocorreu num contexto de severa crise econômica e foi justificada, pelos seus proponentes, como um instrumento para a redução do desemprego no país². Depois de anos de pressão de entidades patronais pela redução dos custos do trabalho, do poder dos sindicatos nas negociações coletivas e dos encargos salariais, o Congresso Nacional brasileiro aprovou uma ampla reforma na legislação trabalhista que permitiu, por exemplo, o estabelecimento de contratos de trabalho intermitentes e por tempo parcial, além de enfraquecer as entidades sindicais³. Este artigo discute as motivações que levaram uma parcela do empresariado brasileiro a apoiar a reforma trabalhista e a forma como tais agentes efetivamente atuaram pela aprovação da lei n. 13.467 de 2017.

Nossa hipótese é de que houve uma convergência entre distintas frações burguesas em defesa da reforma numa tentativa de comprimir os custos do trabalho e recuperar a lucratividade numa conjuntura particular: o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao governo federal. Parece de particular relevância focalizar tal ação de classe da grande burguesia industrial nesse período, já que, durante os governos do PT, em particular o de Dilma Rousseff (2011-16), apontou-se uma proximidade de associações patronais da indústria com o governo, que buscou atender a parte importante de suas reivindicações (SINGER, 2016; 2018). Desse modo, analisar a ação da grande burguesia industrial pela reforma trabalhista permite também, como buscaremos mostrar, lançar luz sobre as razões que levaram ao afastamento entre a grande burguesia industrial e os governos petistas.

Em trabalhos anteriores (AGUIAR, 2022; AGUIAR; MICUSSI, 2022; MICUSSI, 2021), argumentamos a respeito da pertinência da utilização da noção de frações transnacionalizadas da burguesia para a compreensão da ação política de parte dos capitalistas brasileiros nas primeiras décadas do século XXI. Valendo-se das contribuições teóricas da “Escola do Capitalismo Global”, que chama a atenção para a formação de classes transnacionais a partir do espraiamento global e integração funcional da produção (ROBINSON, 2004), analisada pela literatura das cadeias globais de valor (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005) e das redes globais de produção (HENDERSON *et al.*, 2011; SANTOS; MILANEZ, 2015), entendemos ser possível observar empiricamente a ascensão de uma fração da classe capitalista brasileira que não está mais vinculada exclusivamente a circuitos nacionais de acumulação.

Assim, em consonância com as especificidades de fenômenos próprios da globalização, os empresários atrelados a essa fração atuam a partir de empresas que não apenas internacionalizaram suas atividades, valendo-se da demanda advinda de mercados de consumo no exterior, como transnacionalizaram-nas, fundindo-se com capitais de outras origens nacionais, conformados em corporações transnacionais (CTNs). Isso quer dizer que tais empresas passam a atuar a

2 A análise de Filgueiras (2019) revelou o descompasso entre tais promessas dos apologistas da reforma trabalhista e seus efeitos práticos posteriores. As taxas de desemprego, com efeito, jamais se aproximaram do piso histórico de 2014, e a informalidade cresceu desde a aprovação da reforma.

3 Para uma ampla análise da reforma trabalhista de 2017 e de seus efeitos, ver Krein, Vêras de Oliveira e Filgueiras (2019).

partir de uma dinâmica que, do ponto de vista das estratégias corporativas, tende a borrar parte das clássicas fronteiras nacionais ao se articularem a circuitos de acumulação que perpassam, através de elos produtivos da mesma cadeia, diferentes países e territórios.

A partir da análise da estratégia de transnacionalização da Natura & Co., defendemos (AGUIAR; MICUSSI, 2022) que tais fenômenos desafiam o nacionalismo metodológico comum nas Ciências Sociais, tornando necessária, para a própria descrição e compreensão do fenômeno, a utilização de ferramental teórico que fosse capaz de acolher o caso empírico de uma empresa brasileira que se tornou uma CTN de dimensões superlativas.⁴

Além disso, instigava-nos o fato de que Pedro Passos, um dos controladores e principais dirigentes da companhia, durante seu duplo mandato consecutivo à frente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) – o mais importante *think tank* da indústria brasileira, outrora claramente vinculado à defesa de aspectos da teoria desenvolvimentista –, tenha orientado sua passagem pelo instituto para a defesa de políticas de abertura comercial que, a um só tempo, tenderiam a favorecer as grandes e competitivas empresas brasileiras transnacionalizadas, ao mesmo tempo em que prejudicavam o conjunto da indústria nacional. O IEDI pareceu, desde então, buscar representar a fração transnacionalizada da burguesia industrial, muitas vezes em oposição a outras frações burguesas.

Dessa forma, pareceu-nos apropriado discutir a existência de uma fração ou contingente brasileiro da CCT que, para se incorporar aos circuitos transnacionais de acumulação, orientasse em defesa de políticas econômicas capazes de melhor posicionar o grande capital industrial brasileiro através de uma agenda de integração da economia nacional com o resto do mundo. Nas análises anteriores, ficavam claras as tensões, clivagens e linhas divisórias no interior da burguesia industrial brasileira como, por exemplo, a respeito de estratégias de financiamento e de mercado durante os governos petistas e suas políticas de estímulo à conformação de empresas “campeãs” nacionais e, logo, mundiais por meio da utilização de capitais estatais e paraestatais para alavancar a transnacionalização de determinados grupos econômicos (AGUIAR, 2022). No entanto, após a crise de 2015-2016, como se mostrará a seguir, os conflitos deram lugar à união de distintas frações burguesas industriais brasileiras, da qual é um grande exemplo a ação em defesa da reforma trabalhista de 2017⁵.

Ao analisar sua defesa da reforma trabalhista, por meio de intervenções públicas, declarações à imprensa e articulação com agentes políticos, fica claro como, nesse episódio, a burguesia industrial brasileira agiu unificada, num movimento que aliou sua fração

4 Para uma descrição mais detalhada da transnacionalização da Natura, ver Aguiar (2017).

5 Se, como estamos sublinhando, a conjuntura anterior diferenciou as frações da burguesia industrial por suas possibilidades de melhor integrar-se a capitais transnacionais, orientando suas estratégias corporativas nessa direção, o contexto de crise afetou o **conjunto** da burguesia industrial, o que tem levado importantes CTNs brasileiras, como a Natura & Co., a rever aspectos de sua estratégia de transnacionalização (AGUIAR; MICUSSI, 2022) e de relações de trabalho, como as discussões em curso para unificar as operações produtivas das antigas Natura e Avon na América Latina em busca de “sinergias”.

transnacionalizada ao conjunto da classe industrial do país. Esse movimento, que é exemplificado pela forma como o IEDI passou a atuar ao lado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), marca uma confluência na ação política do capital numa ofensiva contra o polo do trabalho no Brasil.

Assim, se a análise das disputas políticas entre as diferentes frações da burguesia industrial brasileira permite compreender os interesses por vezes conflitantes que emergem no interior da classe dominante, a análise dessas frações na ocasião da aprovação da reforma trabalhista, por sua vez, lança luz sobre as motivações que podem animar a burguesia a agir unificada e a maneira como se opera a aliança entre esses segmentos.

O enfoque deste estudo se direciona primordialmente à análise da atuação do IEDI, representante da fração transnacionalizada da burguesia industrial brasileira, e, em seguida, da CNI, instituição máxima do setor empresarial industrial nacional, que reúne em sua base o conjunto das 700 mil empresas industriais presentes no território brasileiro. Entendemos que, dessa forma, é possível evidenciar a forma como uma parcela do contingente brasileiro da classe capitalista transnacional, reunida no IEDI, atuou ao lado da burguesia industrial brasileira, representada pela CNI, pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil.

O campo da representação empresarial industrial no Brasil está organizado, primordialmente, ao redor de associações oficiais de herança varguista que detêm a legitimidade de representação patronal ante o Estado, a exemplo do que ocorre com os sindicatos trabalhistas (BOITO JR., 1991). Os sindicatos setoriais, que formam a base da estrutura sindical empresarial, representam o conjunto das empresas atuantes em determinado segmento da indústria em um território. Tais sindicatos, por sua vez, são representados por federações estaduais de indústria e elegem as direções dessas últimas. Já as federações são representadas, no nível nacional, por uma confederação, cuja direção é eleita a partir dos votos de cada uma das vinte e sete federações estaduais.

Trata-se de estrutura que tende a privilegiar, portanto, as pequenas e médias em detrimento das grandes empresas industriais do país, já que os sindicatos são eleitos por meio de votos de cada uma das empresas e as federações pelo voto de cada um dos sindicatos. Com isso, micro, pequenas e médias empresas, que respondem por 98,8% dos estabelecimentos industriais do país, tendem a compor a grande maioria desses votos da base, fazendo com que toda a estrutura responda, em maior ou menor grau, aos interesses desses agentes. Por outro lado, ainda que respondam por 76,7% da produção e 42,9% do emprego industrial no país, as grandes empresas, que compõem apenas 1,2% dos estabelecimentos⁶, detêm relativamente menos força política no interior dessa estrutura do que os pequenos e médios empresários.

A disparidade entre o número de estabelecimentos, a produtividade e o volume de produção de pequenas, médias e grandes empresas em uma estrutura de representação setorial – que responde, prioritariamente, ao primeiro nível – cria um cenário potencialmente conflitante, no qual as grandes empresas nacionais se veem sub-representadas.

Diante desse cenário, em 1989, um grupo de algumas dezenas de empresários da grande indústria de transformação brasileira criou uma associação de representação extraoficial para o setor. Embora não detivesse a legitimidade da representação oficial do setor, na visão de seus fundadores, o IEDI seria mais capaz de representar os interesses da grande indústria nacional que, no bojo da crise do ciclo desenvolvimentista brasileiro, passava cada vez mais a entrar em contradição com aqueles da pequena e média empresa do país. A criação do instituto, assim, respondia a uma clara ação da grande indústria nacional que desejava inserir-se nas emergentes cadeias globais de valor e que enxergava o sindicalismo patronal oficial pouco aderente, quando não contrário, a tal agenda.

Desse modo, se em momentos anteriores foi possível perceber a fração transnacionalizada do capital industrial brasileiro atuando em favor de políticas públicas que a favorecem **em detrimento** da maioria do setor industrial brasileiro – como no caso da abertura comercial, por exemplo (AGUIAR; MICUSSI, 2022) – na sequência, como no caso estudado neste artigo, é possível notar uma recomposição das clivagens no interior desse campo a partir da emergência de fenômenos capazes de unificar diferentes setores da burguesia.

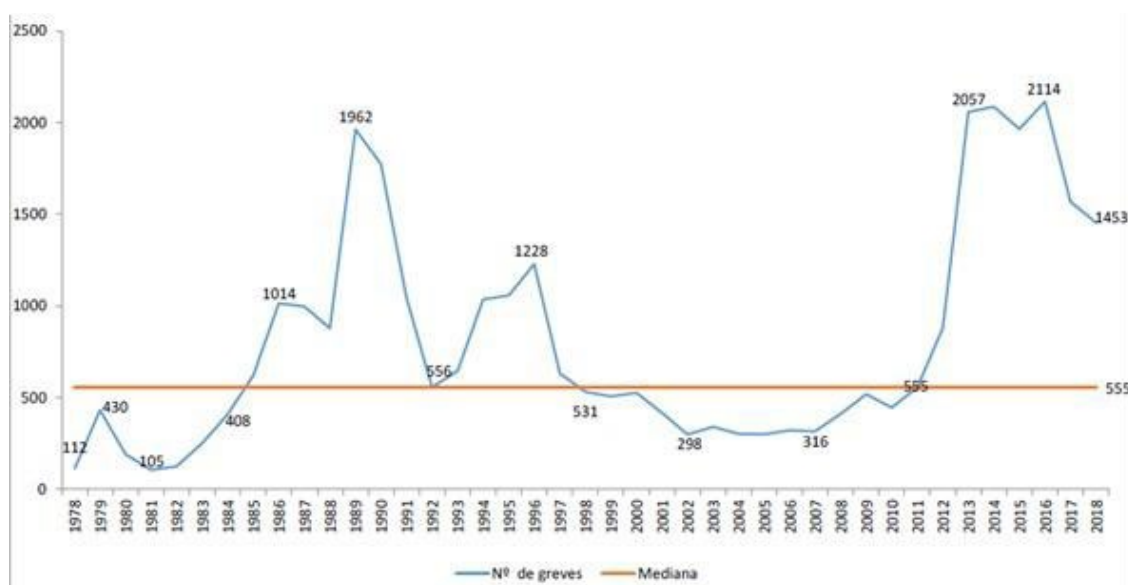
Argumentamos, portanto, ser possível entender essa ação conjunta da burguesia industrial a favor da aprovação da reforma trabalhista como uma resposta à compressão dos lucros das empresas industriais brasileiras no interior do conflito distributivo que se estabelece no país a partir da segunda década do século XXI. Esse conflito orienta uma ação de longo prazo da burguesia brasileira, que se inicia com a queixa dos custos do trabalho no Brasil no início do governo Dilma, inclui a aproximação de dirigentes do instituto a Michel Temer, então vice-presidente da República, e o apoio dessa fração ao impeachment em 2016, culminando no apoio à aprovação da reforma trabalhista em 2017.

Após esta introdução, expomos o conflito distributivo que se instaura no interior da economia política brasileira apresentando, em primeiro lugar, o ascenso do movimento sindical grevista no país a partir de 2010, a queda da taxa de lucro das empresas não financeiras brasileiras a partir desse mesmo ano e, em seguida, a evolução dos salários médios e do custo unitário do trabalho na indústria de transformação. Então, discutimos brevemente como esses fenômenos podem estar por trás da queda da confiança do empresário brasileiro no período em questão. Por fim, apresentamos a mobilização política da burguesia industrial brasileira pela aprovação da reforma trabalhista. Nesse momento, a exposição privilegia a tomada de posição do IEDI e a ação concreta da CNI pela aprovação do projeto de lei que tramitava no Congresso. Antes da conclusão, apresentamos, ainda, como dirigentes ligados ao IEDI se diferenciam das associações patronais oficiais no mesmo período, numa espécie de *front* duplo inter e intraclassista.

Conflito distributivo e acirramento da luta de classes

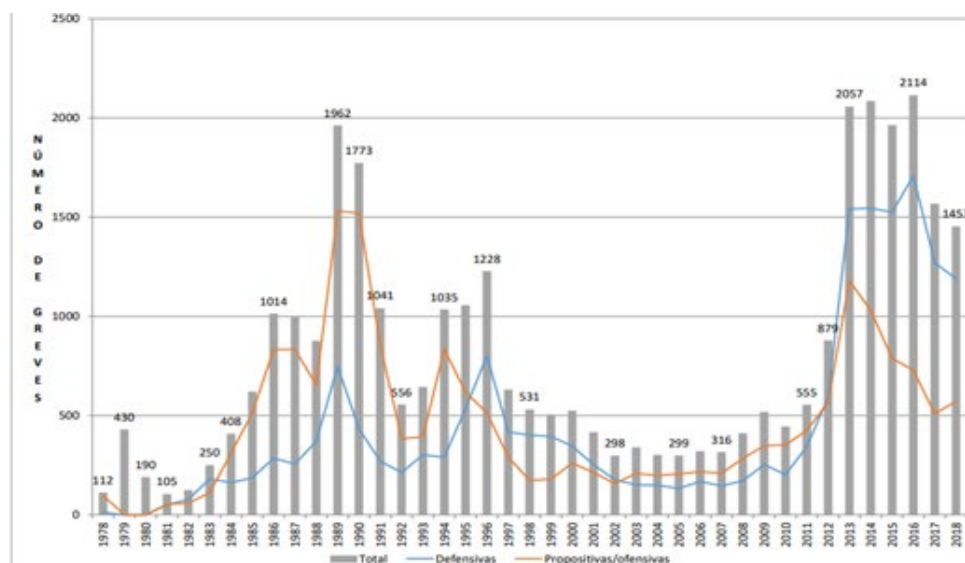
O conflito distributivo apresenta-se como uma das dimensões fundamentais da crise brasileira na segunda década do século XXI. Com efeito, como apresentaremos a seguir, a literatura tem apontado um duplo movimento, que combina aumento da atividade grevista e compressão das taxas de lucro e da rentabilidade das empresas privadas no Brasil. Em relação às greves, é o que se percebe, por exemplo, a partir do estudo conduzido por Oliveira (2019). Com ele, é possível identificar uma explosão da frequência anual de greves no país a partir de 2011 (gráfico 1). Ao mesmo tempo, o autor identifica que, a partir de 2013, greves defensivas superam aquelas consideradas propositivas ou ofensivas (gráfico 2).

Gráfico 1 – Greves no Brasil (1978-2018):
frequência anual e frequência mediana



Fonte: Oliveira (2019).

Gráfico 2 – Caráter das greves (1978-2018)

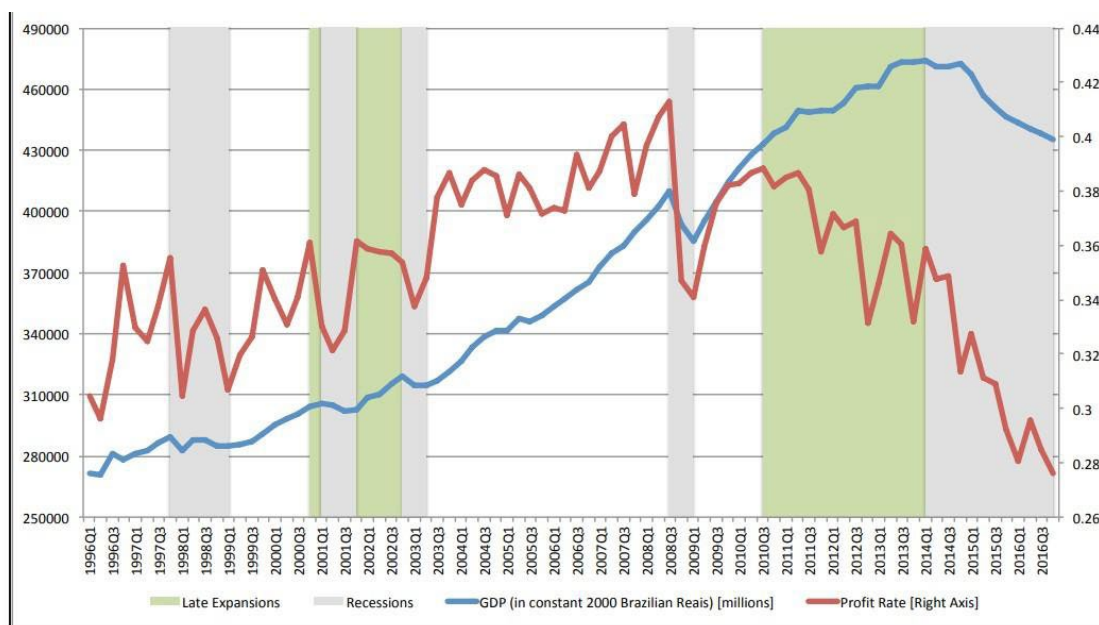


Fonte: Oliveira (2019).

Assim, se por um lado é possível identificar um aumento da atividade grevista a partir de 2011 no país, por outro lado, análises que lançam mão de metodologias distintas também apontam que, exatamente no mesmo período, as empresas não industriais brasileiras iniciam uma trajetória de queda de rentabilidade. Marquetti, Hoff e Miebach (2016), por exemplo, ao realizarem estudo a respeito da distribuição funcional da renda brasileira a partir de dados das contas nacionais, consideram que há uma correlação direta entre a queda da taxa de lucros das empresas e o aumento da parcela dos salários na renda nacional.

Martins e Rugitsky (2018), por sua vez, também se valendo de dados das contas nacionais, caminham em direção semelhante ao relacionar o esmagamento dos lucros empresariais no governo Dilma com o aumento do poder de barganha dos trabalhadores e o crescimento do movimento sindical grevista no período. A trajetória histórica da taxa de lucro pode ser observada no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Ciclos recentes de produção e lucro no Brasil (1996-2016)



Fonte: Martins e Rugitsky (2018).

A compressão das taxas de lucros no país a partir de 2011 também é observável nas análises que tomam como objeto a rentabilidade das empresas industriais brasileiras. Em estudo publicado em 2016, usando essa metodologia, o IEDI apontou para a queda da rentabilidade das empresas não financeiras no Brasil a partir de 2010. Segundo o instituto, dois fatores teriam contribuído decisivamente para esse processo: o aumento das despesas financeiras (altas taxas de juros somadas à desvalorização cambial que incide negativamente sobre empresas com financiamento em moeda estrangeira) e o aumento dos custos de produção (isto é, os gastos despendidos em atividades ligadas diretamente à produção como utilização de matérias-primas e, devemos ressaltar, salários), como mostra a tabela 1.

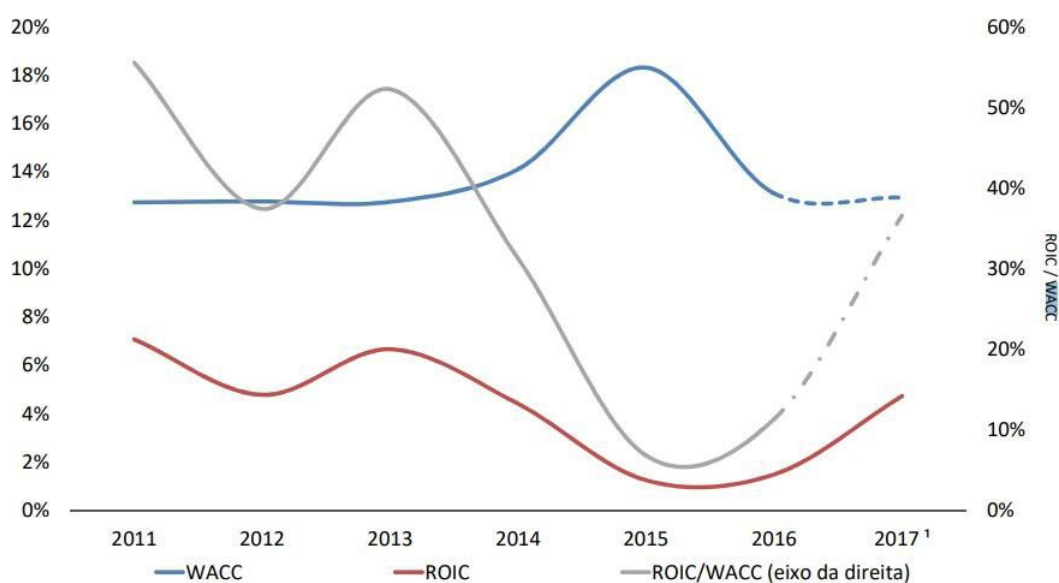
Tabela 1 – Indicadores de rentabilidade:
indústria, comércio e serviços (em %) (2010-2015)

Macro-setores	Margem Líquida de Lucro			Margem Operacional			Margem bruta de lucro			Taxa de Rentabilidade do Patrimônio Líquido		
	2010	2013	2015	2010	2013	2015	2010	2013	2015	2010	2013	2015
Indústria	13,8	2,4	-6,9	19,7	10,9	0,9	32,6	25,5	24,9	14,2	2,8	-10,2
Sem Petrobras	12,8	0,0	-5,3	19,0	10,7	3,0	31,2	26,5	22,4	16,3	0,0	-8,4
Sem Petrobras e Vale	8,3	0,0	0,5	13,3	6,7	7,6	25,8	22,6	22,8	12,5	0,0	1,0
Serviços	12,9	7,3	1,2	22,8	15,9	11,5	40,7	37,6	29,7	12,7	7,8	1,5
Sem energia	14,8	11,2	1,8	24,8	21,8	17,3	43,0	42,9	40,0	16,6	12,0	1,7
Comércio	3,3	2,8	0,5	7,4	7,0	4,4	28,8	30,2	31,2	13,5	12,3	1,7
Total	12,8	3,9	-3,7	19,7	11,9	4,5	34,8	29,4	27,0	13,6	4,6	-5,4

Fonte: IEDI (2016).

A queda da rentabilidade das empresas da indústria de transformação brasileira no fim do governo Dilma Rousseff também é observável se analisada a relação entre o retorno do capital investido e o custo médio do capital, de acordo com estudo também elaborado pelo próprio IEDI (gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústria de Transformação:
retorno do capital investido (ROIC)/Relação ao custo médio do capital (WACC)



Fonte: IEDI (2018).

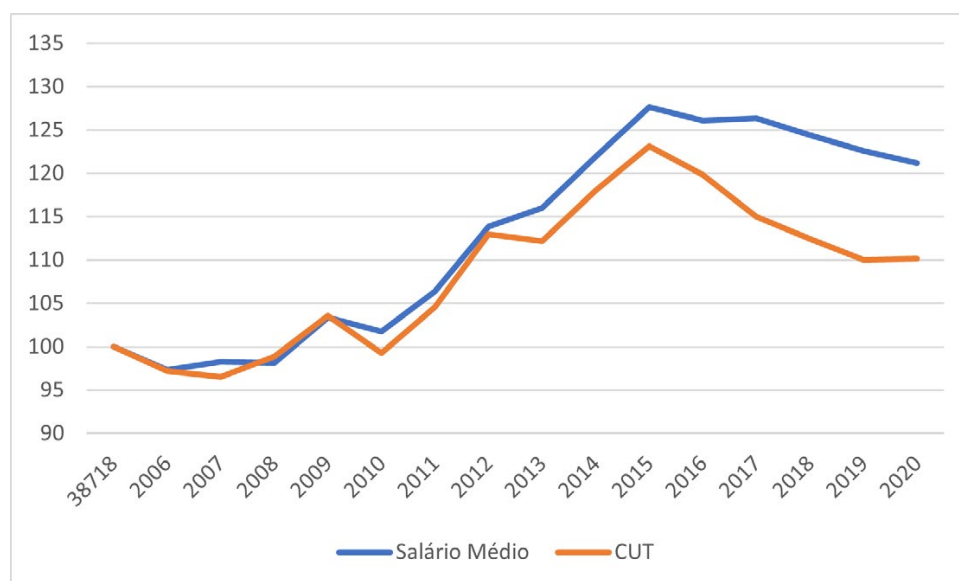
Já Marconi (2017), por sua vez, argumenta que o aumento da taxa de salários acima do aumento da produtividade do trabalho no país deprimiu a taxa de lucro e os investimentos na economia. Para essa visão de inspiração keynesiana, a contração dos investimentos reduziu a demanda agregada rebaixando, então, o nível de atividade econômica. Haveria, portanto, uma relação direta entre a queda dos lucros e a crise do período.

Com efeito, se analisarmos o Custo Unitário do Trabalho (CUT) e a evolução do salário médio na indústria de transformação brasileira (gráfico 5), veremos que ambos se encontravam em uma trajetória decenal de ascensão que se encerra em 2015. Se analisados os dados da trajetória de 2006 a 2020, observa-se que os salários médios no setor, medidos por hora trabalhada, permanecem em patamares elevados no triênio que vai de 2015 a 2017, começando a cair a partir de 2018. Há, claramente, uma tendência de aumento dos salários de 2010 a 2017, que é interrompida a partir de 2018, quando se estabelece uma nítida trajetória de declínio.

A trajetória de aumento contínuo da média salarial na indústria de transformação brasileira impacta diretamente, por sua vez, o CUT, que acompanha a trajetória de aumento dos salários médios. O CUT é calculado a partir da razão entre os salários médios (dados pela massa salarial sobre as horas trabalhadas) e a produtividade (dada pelo produto sobre as horas trabalhadas). Dessa forma, se os salários médios crescem mais do que a produtividade em determinado período, o CUT aumenta. É o que se observa no país até 2015.

No mais, embora fuja do escopo deste artigo analisar os possíveis impactos da reforma trabalhista no valor do trabalho no Brasil, é notória a diferença nas trajetórias: aumento e manutenção dos níveis dos salários antes da aprovação da reforma e queda após sua aprovação.

Gráfico 5 – Evolução do Custo Unitário do Trabalho (CUT) e dos salários médios na indústria de transformação (médias anuais)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do IBGE e da FIERGS.

Dessa forma, se é possível identificar um aumento da atividade grevista no país que acontece concomitantemente à queda na taxa de lucros das empresas industriais brasileiras e ao aumento do CUT, uma das hipóteses deste artigo é que os empresários industriais, na condução cotidiana de suas firmas, relacionaram esses três fenômenos e passaram, a partir dessa percepção, a agir politicamente pela redução do custo da mão de obra no país, o que contribuiu para a aprovação da reforma trabalhista pelo Congresso Nacional em 2017.

Com efeito, se levarmos em consideração, por fim, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) – indicador construído pela CNI que monitora periodicamente a confiança dos industriais nacionais – percebe-se uma trajetória de queda em sua variável medida desde 2010. Essa trajetória só começa a ser revertida no final de 2015, quando a queda se estabiliza e, a partir de abril de 2016, quando a confiança volta a ser reestabelecida.

É notório como, na trajetória de longo prazo, esse índice de confiança empresarial acompanha de perto a trajetória de evolução dos salários médios e do custo unitário do trabalho na indústria de transformação, apresentada acima. As curvas ICEI e do CUT quase se espelham inversamente. Se o índice de confiança apresenta evolução descendente até 2015, e ascendente a partir de 2016, o CUT, como vimos, cresce até o ano de 2015, quando passa a cair. Embora seja precipitado apontar uma relação direta entre ICEI e CUT, é possível afirmar que a luta de classes e o conflito distributivo parecem ser dois elementos importantes para a definição da confiança empresarial.

Além disso, vale notar que, em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, abriu o processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Além disso, entre abril de 2016 e maio daquele ano, o ICEI indica uma recuperação de 9,8 pontos na confiança empresarial, mesmo período em que, após votação no Congresso, a presidenta foi afastada do cargo, dando lugar à posse de Michel Temer. É justamente na pesquisa referente ao mês de agosto (a presidenta seria finalmente cassada no último dia daquele mês pelo Senado Federal) que o índice alcançou 51,9 pontos, superando o patamar de 50 pontos, limiar que, segundo a metodologia do estudo, indica que os empresários industriais estão confiantes.

Assim, se por um lado parece haver também, na trajetória de curto prazo, uma relação entre o andamento do processo de impeachment e a confiança dos empresários da indústria no período, a aprovação da reforma trabalhista – tida pelos empresários como um dos principais legados do governo Temer –, também parece ter influenciado diretamente sua confiança. É o que se vê a partir da nova trajetória de ascenso do ICEI a partir de julho de 2017, mês no qual o projeto de lei da reforma foi aprovado no Congresso após votação no Senado Federal (gráfico 6).

Gráfico 6 – Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)



Fonte: Elaboração dos autores com dados da CNI.

Reforma trabalhista: a saída da burguesia para o conflito distributivo

A queda da rentabilidade das empresas industriais brasileiras, concomitantemente ao aumento da atividade grevista no Brasil e ao aumento do custo do trabalho, pode ser entendida como pano de fundo para a ação política dos empresários industriais pela reforma trabalhista. Veremos, a seguir, como o desconforto com o valor dos salários aparece nas declarações da grande burguesia industrial brasileira e, em seguida, apresentaremos como esses agentes efetivamente agiram pela aprovação da reforma trabalhista.

Em primeiro lugar, vejamos como os empresários da indústria se posicionaram ao longo do conflito distributivo estabelecido no Brasil. Em declaração para a imprensa em julho de 2012, o economista-chefe do IEDI, Julio de Almeida, apontava as posições do setor diante do descompasso entre o aumento contínuo dos salários no país e a produtividade do setor industrial, estagnada havia quatro anos (REHDER, 2012). Em entrevista naquele ano, Ermírio de Moraes defendeu a flexibilização das leis trabalhistas⁷. Já Pedro Passos, em artigo que teceu longos elogios às novas políticas governamentais para o setor industrial, comentou sobre o “fator de pressão” exercido pelo aumento dos salários na indústria (PASSOS, 2012). Em entrevista de março de 2013, por sua vez, Jorge Gerdau, conselheiro do IEDI e então presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade também questionava os custos do trabalho no país (RODRIGUES; PEREIRA FILHO, 2013).

⁷ “São questões ainda não bem equacionadas [que precisam ser atacadas]: a flexibilização da lei trabalhista (modelo ainda bastante antigo e não condizente com os dias de hoje), a carga tributária, que o governo está desonerando, mas não dá para fazer tudo de um dia para o outro” (RIBEIRO, 2012).

A disputa a favor da reforma trabalhista começa a pautar o discurso dos empresários do IEDI ao longo de 2013⁸. Em artigo para o jornal **Folha de S. Paulo** intitulado “A indústria que queremos”, por exemplo, o então presidente do instituto, Pedro Passos, afirmou que: “Em primeiro lugar, não será possível superar a crise da indústria sem a redução do ‘custo Brasil’, o que exige aprofundar os investimentos em infraestrutura e agilizar as reformas tributária e trabalhista” (PASSOS, 2014)⁹.

A defesa da reforma trabalhista por parte da grande burguesia industrial brasileira fica ainda mais clara em artigo escrito conjuntamente por economistas do IEDI e da Fiesp em setembro de 2014 para o jornal **Valor Econômico**¹⁰. Em 2015, em documento intitulado **Para vencer a crise**, o IEDI argumentava sobre a necessidade, para modernizar e elevar a produtividade da economia, da “simplificação das leis e regulamentos, especialmente nas esferas tributária e trabalhista” e da “preponderância do negociado com relação ao legislado na área trabalhista” (IEDI, 2015, p. 6). É de se notar como os pontos acima referidos do artigo de opinião escrito pelos funcionários das duas associações empresariais com sede em São Paulo estão entre os elementos centrais do texto legislativo aprovado três anos depois.

Ao longo do ano de 2016, é possível identificar a manutenção da ofensiva da burguesia industrial brasileira em favor da aprovação da reforma trabalhista. Em abril daquele ano, o conselheiro do IEDI, Marco Stefanini, afirmava em declaração para o jornal **O Globo**: “É preciso mais flexibilidade para negociações entre patrões e empregados. Combinando reformas estruturais, e reativando o investimento privado, com novas ofertas de concessões em infraestrutura, a consequência é a geração de empregos” (DOCA; SORIMA NETO; SCRIVANO, 2016).

Em junho de 2017, os então presidentes da CNI, Robson Braga de Andrade, e do IEDI, Pedro Wongtschowski, assinaram artigo conjunto no jornal **Folha de S. Paulo** em que defenderam a reforma que seria aprovada pela Câmara dos Deputados um mês depois (ANDRADE; WONGTSCHOWSKI, 2017). No mesmo mês, o ex-presidente do IEDI Pedro Passos, também declarou ao jornal **Valor Econômico** seu apoio à reforma, compartilhando da

8 De acordo com um dirigente: “Toda medida que faz o conjunto de salários subir acima da produtividade – embora não tenha sido só isso a pressionar os salários – ou toda regra que indexa preços na economia é preciso tomar muito cuidado. Acho que em algum momento isso precisaria ser revisto (...). Temos um problema de custo de mão de obra que sobe acima do crescimento da produtividade, mas mais do que isso: nós temos um problema gravíssimo que é um arcabouço de leis trabalhistas que criam contenciosos nas empresas, pouca flexibilidade para a produção que hoje tem mais componentes terceirizados e outros parceiros. E a lei brasileira ainda fica regulando tempo de almoço, coisas que não deveriam existir mais” (LIMA; VIEIRA, 2014).

9 A despeito de tais declarações, quando questionado posteriormente pelos autores, em entrevista, sobre as disputas envolvendo os níveis de salário nesse período, Passos diminuiu a importância da questão.

10 Na seguinte passagem, em que articulam a competitividade do setor industrial brasileiro *vis-à-vis* as empresas estrangeiras (concorrência externa), os autores apontam: “O crescimento dos salários acima da produtividade do trabalho seria um dos fatores explicativos do fraco desempenho do setor [industrial] (...). Em suma, as evidências são muito fortes no sentido do descolamento entre a produtividade do trabalho e os salários pagos na indústria (...). Em conjunto com outros fatores, disto resultou a letargia da indústria de transformação, arrastando consigo os investimentos e a atividade econômica do país como um todo” (FRANCINI; SOUZA, 2014).

visão comum entre os empresários industriais à época¹¹. O então presidente da entidade, em entrevista concedida naquele mesmo mês, semanas antes da aprovação da reforma pela Câmara, afirmava:

É um excelente avanço. É óbvio que temos uma gigantesca distorção. Temos 4 milhões de ações trabalhistas entrando todo ano, é evidente que há algo errado. A legislação trabalhista do Brasil é obsoleta, complicadíssima. Acho que a CLT tem mil artigos, fora as súmulas do TST. Não há empresa no Brasil que não tenha dezenas, centenas, de causas trabalhistas (...). Um governo que se preocupe com eficiência é minha grande esperança para 2018 (GUIMARÃES; VIEIRA, 2017).

A burguesia industrial em ação pela reforma

Se a reforma trabalhista pautou a opinião dos empresários da indústria a respeito da política e da economia no Brasil do governo Temer, é possível identificar que a burguesia industrial brasileira efetivamente atuou para a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Com efeito, a análise revela que essa classe social atuou, lançando mão de seus instrumentos de articulação política oficiais e extraoficiais, para a aprovação da reforma.

De fato, a burguesia industrial brasileira, desde a crise do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, buscou estreitar os laços com seu sucessor Michel Temer.¹² A ação dos conselheiros do IEDI a favor da destituição de Dilma Rousseff ficou clara ao longo da crise do impeachment e culminou, a despeito do instituto não ter tomado posição oficial a respeito, na realização de almoço com o então vice-presidente realizado na sede do instituto em São Paulo, às vésperas da votação do processo¹³.

Com efeito, é possível entender o impeachment como um capítulo da longa batalha travada pelos empresários pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil. A esse respeito, por exemplo, em entrevista concedida após sua posse, o então presidente do IEDI, Pedro Wongtschowski, ao ser questionado sobre quais deveriam ser as prioridades do governo, afirmou: “Um conjunto

11 A referida reportagem permite-nos ainda perceber um fato relevante a respeito das disputas políticas em torno da reforma trabalhista no período. Não apenas industriais, como também empresários do setor de serviços e banqueiros, expressavam seu apoio manifesto à reforma.

12 Reportagens da época dão conta de que o documento “Uma ponte para o futuro”, espécie de programa de governo do ainda vice-presidente Michel Temer, agradaram e parecem ter unificado boa parte dos empresários do IEDI que, nas vésperas do impeachment, em março de 2016, o receberam na sede do instituto para um almoço (MARTINS, 2016).

13 De acordo com reportagem da época, o então vice-presidente participou, em março de 2016, de almoço na sede do instituto em reunião que contou com a maioria dos dirigentes empresariais ligados ao instituto. “[Rodrigo Rocha] Loures participou de almoço a porta fechadas de Temer com conselheiros do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que durou cerca de duas horas nesta quinta-feira (...). Como em ocasiões anteriores, em que se reuniu com empresários, Temer defendeu as propostas do programa peemedebista. Segundo Rocha, o vice-presidente destacou a proposta de fazer as reformas previdenciária e trabalhista, “dando mais força ao que é negociado entre as partes do que o que está legislado”, a desvinculação de despesas do orçamento federal, a redução do Estado, o aumento da competitividade e a diminuição da burocracia” (FERNANDES, 2016). Para uma análise da ação do IEDI no impeachment, ver Micussi (2021).

de projetos que indique como vai resolver o problema fiscal e tributário, e encaminhar uma reforma trabalhista” (CARNEIRO, 2016).

Se os conselheiros do IEDI apoiaram Michel Temer ao longo da crise do impeachment e foram capazes de estreitar sua relação com o mandatário, a proximidade entre os membros desse instituto com o futuro presidente da República é atestada também em inúmeros momentos durante seu próprio governo. A esse respeito, é também simbólico o encontro realizado pela CNI entre alguns dos principais dirigentes industriais do país e o então presidente Michel Temer, em julho de 2016, no qual estiveram presentes também alguns dos mais proeminentes líderes do IEDI, como o ex-presidente do instituto, Pedro Passos.

É de se notar a forma como a reforma trabalhista aparece na agenda daquela reunião entre a burguesia industrial brasileira e o então presidente. Embora não fosse o tema oficial do encontro, a reforma apareceu entre as reivindicações apresentadas pelos empresários ali presentes, conforme atesta reportagem da TV Brasil à época¹⁴. A ocasião ficaria marcada, ainda, pela entrevista concedida pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, logo após a reunião na qual, ao se referir erroneamente sobre uma suposta reforma trabalhista que teria ocorrido na França e aumentado a jornada de trabalho semanal para 80 horas, sugeriu que os empresários estariam “ansiosos” por “mudanças semelhantes” no Brasil.

Em que pesem as diferenças em relação à base social da Confederação Nacional da Indústria e do IEDI, é relevante notar que, a despeito do evento ter sido articulado pela CNI, participaram da mesa do encontro importantes conselheiros do IEDI, como Pedro Passos e Horácio Lafer Piva. A forma como a reforma trabalhista foi veiculada na imprensa como um dos assuntos principais da reunião sugere sua importância para as duas entidades, revelando, mais uma vez, como a proposta unificou os interesses das diferentes frações da burguesia industrial brasileira no período.

A respeito da unificação dos interesses da burguesia brasileira ao redor da reforma trabalhista, vale notar o que à época foi noticiado como um “Conselhão”, criado por Rosa Weber, ministra do Supremo Tribunal Federal, em 2017. Em sua segunda reunião, ocorrida em maio daquele ano, o grupo composto por treze empresários, entre os quais os conselheiros do IEDI Pedro Wongtschowski, Flavio Rocha e Décio da Silva, trataram da judicialização das relações trabalhistas no país.

Por parte da Confederação Nacional da Indústria, a aprovação da reforma trabalhista foi colocada como uma das prioridades da atuação legislativa da Confederação para o ano de 2017. De acordo com o documento **Agenda Legislativa da Indústria 2017**¹⁵, publicado em março daquele ano, a legislação trabalhista compunha a pauta mínima da ação naquele ano. Na segunda versão do documento, publicada após o fim do ano legislativo, o capítulo recebeu uma ilustração simulando um carimbo com o dizer: “aprovado”.

14 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nYu7v-ljeyM>. Acesso em: 12 set. 2022.

15 Segundo a apresentação assinada pelo presidente da entidade, o documento “foi elaborado com a participação ativa das 27 federações estaduais das indústrias e de 60 associações setoriais de âmbito nacional”.

A preocupação da CNI com a reforma trabalhista também aparece no documento **Agenda para o Brasil sair da crise: 2016 – 2018**. As relações de trabalho figuram como um dos pontos fundamentais defendidos pela Confederação para o “aumento da produtividade e competitividade da economia”. Trata-se de publicação de interessante análise uma vez que, após sua publicação original em 2016, o documento foi atualizado nos dois anos seguintes trazendo atualizações do andamento de cada um dos pontos defendidos. Dessa forma, no documento publicado em março de 2017, com o subtítulo “Evolução após 1 ano”, dos quatro itens figurados no capítulo “Relações de Trabalho”, três deles aparecem como “em evolução” (são eles: “Valorizar a negociação coletiva”; “sustar ou alterar o texto da NR 12”; e “Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP”) e um como “concluído” (“regulamentar a terceirização”).

Já na edição publicada em novembro de 2018, com o subtítulo **Balanco final das propostas**, três dos quatro itens referentes às propostas da confederação para as relações de trabalho foram postas como “concluídas” e apenas o item “Sustar ou alterar o texto da NR 12” permanecia como “parcialmente concluído”.

Os dois documentos aqui analisados dão uma demonstração da forma como a CNI atuou diretamente pela aprovação da reforma trabalhista em 2017.

É possível entender que a instância máxima de representação oficial da indústria brasileira – com sede em Brasília a apenas poucos metros de distância da Esplanada dos Ministérios e a minutos do Congresso Nacional – atuou como o braço político forte da burguesia industrial pela aprovação da reforma. Assim, a despeito das diferenças de base social e agenda entre o IEDI e a CNI, se nossa hipótese da confluência de interesses do setor industrial estiver correta, entendemos que a CNI, com seus notórios canais de articulação e diálogo junto ao Congresso brasileiro, atuou oferecendo o suporte político e institucional para a aprovação da reforma, a partir de uma agenda que unificava a burguesia industrial no período. A reunião promovida pela CNI com o então presidente Michel Temer, que contou com a participação de dirigentes do IEDI, parece corroborar com essa ideia.

Entretanto, se a reforma trabalhista unificou a ação da burguesia industrial durante o governo Temer, vale notar que, ao mesmo tempo em que o IEDI se colocava lado a lado com a CNI por sua aprovação, membros ligados ao instituto também atuaram na ocasião abrindo um flanco de batalha contra a própria representação oficial da indústria brasileira. Discutiremos brevemente esse movimento antes de concluirmos.

Da disputa interclasses à disputa intraclasses

Levando em consideração as distinções que estiveram no bojo da criação do IEDI, no final da década de 1980, discutidas no início deste artigo, e considerando a aliança estabelecida entre os dirigentes do IEDI e a CNI ao longo do processo de aprovação da reforma trabalhista, é interessante notar como as diferenças entre as associações de representação oficial – dentre

as quais a CNI, no geral mais próxima às demandas das pequenas e médias empresas, e o IEDI, maior *think tank* da grande burguesia industrial brasileira – reaparecem, a partir de um movimento que reafirma as clivagens existentes entre elas. Nele, os líderes industriais ligados ao IEDI encampam um debate público em veículos de comunicação nacional defendendo, à luz de sua visão sobre os sindicatos de trabalhadores, a revisão das contribuições compulsórias das empresas industriais para os sindicatos patronais.

Na ocasião, os mesmos Pedro Wongtschowski, Pedro Passos e Horácio Piva, que compuseram mesa ao lado do presidente da CNI e de Michel Temer, em evento organizado pela confederação em meados de 2016, escreveram:

Os trabalhadores pagam anualmente, de forma compulsória, um dia de seu salário (...). Foram R\$ 2,1 bilhões em 2016, representando a principal fonte de renda dessas entidades. (...) Não surpreende que existam 11.327 entidades habilitadas a receber o imposto sindical. Entre elas, há muitos sindicatos de fachada, com o único propósito de recolher a contribuição e desperdiçá-la com seus dirigentes. Pobres trabalhadores: poucos os defendem de fato; muitos se aproveitam deles, apresentando-se como seus representantes. Do lado patronal, a situação não é mais animadora. Os recursos dos sindicatos patronais vêm principalmente de uma contribuição também compulsória, recolhida todo início de ano (...). Basta observar as diretorias das federações de indústria para constatar as distorções da ausência, na direção dessas entidades, de industriais de verdade (...). Suas agendas de trabalho são de duvidosa relevância. Na maioria delas, as direções se eternizam e impedem a renovação, com mudanças estatutárias para permitir mandatos seguidos por anos. Essas instituições deveriam ser obrigadas a explicitar à sociedade o uso de seus recursos (...). Essa é a discussão que desejamos iniciar. Não há respostas fáceis. Mas deve haver interesse real de buscar a justificativa (ou não) para a existência de tantas entidades, fazendo-as trabalhar em benefício de seus representados -trabalhadores e empresários (PIVA; PASSOS; WONGTSCHOWSKI, 2017).¹⁶

É possível notar, portanto, que os empresários vinculados ao IEDI atuaram, à época da reforma trabalhista, em um *front* duplo: num deles, ao lado das demais associações oficiais da representação empresarial brasileira, apoiaram e defenderam a aprovação da reforma trabalhista, defendendo, entre outros pontos, o fim do imposto sindical; noutro, escancararam a incoerência de associações como a Fiesp, que defendiam a extinção da fonte de financiamento dos sindicatos de trabalhadores análoga àquela por meio da qual tais entidades patronais sobrevivem.

Considerações finais

Este artigo tratou da ação de duas das principais entidades industriais do país, IEDI e CNI, pela aprovação da reforma trabalhista. Argumentou-se que ambas as entidades representam

¹⁶ Este artigo se insere numa longa série de publicações assinadas pelos três empresários nos jornais **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Valor Econômico** e **O Globo** até 2022. Tratando de temas de relevo para os setores industriais nos quais estão inseridos, os três dirigentes voltariam a centrar fogo contra a representação empresarial oficial brasileira e seus dirigentes em outras ocasiões, como, por exemplo, em Piva, Passos e Wongtschowski (2020).

distintas frações da grande burguesia industrial brasileira as quais, durante as primeiras décadas do século XXI, experimentaram tensões e clivagens, mas passaram a engajar-se num movimento de classe unificado após a crise econômica de 2015-2016.

A fração transnacionalizada da grande burguesia industrial, representada pelo IEDI, em particular, passa a queixar-se dos custos do trabalho no Brasil no início do governo Dilma Rousseff, aproxima-se da plataforma de Michel Temer, então vice-presidente da República, decide-se pelo apoio ao impeachment em 2016 e passa a trabalhar pela aprovação da reforma trabalhista em 2017. Tal movimento, que é realizado apoiando-se na CNI, instituição máxima da representação industrial oficial do país, pode ser entendido como uma das respostas vitoriosas da grande burguesia industrial à queda da taxa de lucro das empresas não financeiras brasileiras a partir de 2010.

Durante a luta pela aprovação da reforma trabalhista, manifestou-se também uma disputa no interior da própria burguesia industrial, revelando uma dimensão fundamental da luta política no interior da burguesia industrial brasileira: ao mesmo tempo em que houve uma unificação pelo fortalecimento do poder relativo do capital perante o trabalho, seguem evidentes as clivagens e fracionamentos em seu interior, como mostram as diferenças públicas e os atritos permanentes entre dirigentes do IEDI e da Fiesp. Essas tensões acabam por revelar, afinal, no campo político, uma das marcas características da indústria brasileira: sua heterogeneidade estrutural. Heterogeneidade que revela não apenas diferenças setoriais, e de porte, como de produtividade, competitividade e das formas como essas empresas interagem com a economia nacional e global. Apresenta-se, então, um mosaico amplo, composto por agentes como sindicatos, federações e outros grupos de representação, que podem atuar, a depender da conjuntura, a partir de dinâmicas de conflitos ou alianças que são, por sua vez, animadas pela visão desses agentes sobre a situação econômica e política do país.

O artigo tratou de um caso específico de unificação de diferentes frações da burguesia industrial brasileira em torno de um objetivo comum. Como argumentamos, a ação unitária da burguesia industrial brasileira desenvolveu-se numa conjuntura política e econômica específica, marcada pela intensificação da atividade grevista, pelo aumento dos custos do trabalho e pela compressão dos lucros das empresas industriais no país. A discussão realizada, portanto, permite-nos concluir que a burguesia industrial brasileira agiu de modo unificado no processo de impeachment de Dilma Rousseff até, pelo menos, a aprovação da reforma trabalhista, durante o governo Michel Temer.

Referências

AGUIAR, Thiago. **Maquiando o trabalho**: opacidade e transparência numa empresa de cosméticos global. São Paulo: Annablume, 2017.

AGUIAR, Thiago. **O solo movediço da globalização**: trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.

AGUIAR, Thiago; MICUSSI, Pedro. Transnational Corporations and Capitalists from the Global South: Natura & Co. and the IEDI. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 49, n. 5, p. 86-99, set. 2022.

- ANDRADE, Robson; Wongtschowski, Pedro. Um acerto com o futuro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/06/1895732-um-acerto-com-o-futuro.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Hucitec, 1991.
- CARNEIRO, Mariana. “O risco é a frustração das expectativas”, diz líder industrial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2016. Disponível em: https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2016/IEDI_na_imprensa_20160729_o_risco_e_a_frustracao_das_expectativas.html. Acesso em: 19 abr. 2021.
- DOCA, Geralda; SORIMA NETO, João; SCRIVANO, Roberta. Corte de vagas em março deve ter sido o maior para o mês desde 1992. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/corte-de-vagas-em-marco-deve-ter-sido-maior-para-mes-desde-1992-19089858.html>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FERNANDES, Ana. Temer nega que vá “abafar” Lava Jato, diz membro da Fiesp. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-nega-que-va-abafar-lava-jato--diz-membro-da-fiesp,10000024105>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 13-52.
- FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério de. Produtividade, salários e a crise da indústria. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 set. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The Governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, Londres, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.
- GUIMARÃES, Lígia; VIEIRA, Catherine. “Temos que refundar relação entre setores público e privado”. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2017/IEDI_na_imprensa_20170531_temos_que_refundar_relacao_entre_setores_publico_e_privado.html. Acesso em: 13 out. 2022.
- HENDERSON, Jeffrey *et al.* Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.
- IEDI. **Análise IEDI**: lucro das empresas, 24 jun. 2016. Disponível em: https://IEDI.org.br/artigos/top/analise/analise_IEDI_20160624_lucro_empresas.html. Acesso em: 29 abr. 2021.
- IEDI. **Para vencer a crise**. IEDI: São Paulo, 2015.
- KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.
- LIMA, Flávia; VIEIRA, Catherine. É preciso avaliar eficácia de subsídios, afirma Passos. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 ago. 2014. Disponível em: https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2014/IEDI_na_imprensa_20140819_e_preciso_avaliar_eficacia_de_subsidios.html. Acesso em: 19 abr. 2021.
- MARCONI, Nelson. O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 97-109, 2017.
- MARQUETTI, Adalmir Antonio; HOFF, Cecília Rutkoski; MIEBACH, Alessandro Donadio. **Lucratividade e distribuição**: a origem econômica da crise política brasileira. 2016. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/20835/2/Lucratividade_e_distribuio_a_origem_econmica_da_crise_poltica_no_Brasil.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

- MARTINS, Arícia. Em tom 'conservador', Temer evita falar sobre cenário pós-impeachment. **Valor Econômico**, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/31/em-tom-conservador-temer-evita-%20falar-sobre-cenario-pos-impeachment.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- MARTINS, Guilherme; RUGITSKY, Fernando. **The commodities boom and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil**. São Paulo: FEA/USP: Working Papers Series, 2018.
- MICUSSI, Pedro. **Empresário industrial e governos do PT: o caso do IEDI (2003-2016)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- OLIVEIRA, Carlindo. Greves no Brasil, de 1978 a 2018: grandes ciclos, configurações diversas. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 15, p. 1-32, 2019.
- PASSOS, Pedro. As causas da crise industrial brasileira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,as-causas-da-crise-industrial-brasileira-imp-,846927>. Acesso em: 16 maio 2021.
- PASSOS, Pedro. A indústria que queremos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/pedropassos/2014/08/1507599-a-industria-que-queremos.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- PIVA, Horácio Lafer; PASSOS, Pedro; WONGTSCHOWSKI, Pedro. Fiesp: afinal, eleições de verdade?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/fiesp-afinal-eleicoes-de-verdade.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.
- PIVA, Horacio Lafer; PASSOS, Pedro Luiz; WONGTSCHOWSKI, Pedro. O sindicalismo sem resultado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/04/1878598-o-sindicalismo-sem-resultado.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.
- REHDER, Marcelo. Salário sobe mais que desempenho na indústria. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,salario-sobe-mais-que-desempenho-na-industria-imp-,905048>. Acesso em: 13 mai. 2021.
- RIBEIRO, Ivo. Resultado deve ser melhor que em 2012. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 dez. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/19/resultado-deve-ser-melhor-que-em-2012.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- RODRIGUES, Fernando; PEREIRA FILHO, Armando. Para Gerdau, burrice de criar mais ministérios está no limite. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2013/03/1246430-para-gerdau-burrice-de-criar-mais-ministerios-esta-no-limite.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- SANTOS, Rodrigo S. P.; MILANEZ, Bruno. Redes globais de produção (RGPs) e conflito socioambiental: a Vale S.A. e o Complexo Minerário de Itabira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, 2015, Goiânia. **Anais do VII Singa**. Goiânia: PPGE: LABOTER: IESA, UFG, 2015. p. 2093-2108.
- SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-54.
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em: 01/11/2022

Aceito em: 30/03/2023